

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE
ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S/A – PRÉ-SAL PETRÓLEO S/A –
PPSA

REF: Credenciamento nº 104/2018

CONSÓRCIO COELHO SILVA - PINTO TERMIGNONI, concorrente na licitação em
epígrafe identificada, com amparo no art. 5º inciso XXXIV da Carta Magna, bem como
no artigo 59 da Lei 13.303/16, neste ato representado por Tiago Suñé Coelho Silva,
sócio da Coelho Silva Advogados Associados nomeada líder do consórcio, vem
respeitosamente, propor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Dirigido a Autoridade Superior, pelo que passa a expor e requerer o que segue:

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

I – PRELIMINAR – DA VINCULAÇÃO DOS LICITANTES ÀS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS - LEGAIS COMO CONDIÇÃO DE LEGALIDADE DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO.

É consabido que o princípio da vinculação dos licitantes às regras editalícias, alinhadas à legislação, obriga o cumprimento estrito das mesmas, sob pena de afastamento do certame do concorrente faltoso. Assim, as comprovações documentais habilitatórias exigidas em Edital, no que se refere ao seu conteúdo e forma, são da maior relevância ao tratamento equânime-isonômico dos interessados, servindo tal regra basilar de parâmetro técnico-legal aos julgadores.

De outro ângulo, sabe-se que as obrigações documentais devem ser cumpridas nos estritos termos fixados no edital, sendo indispensáveis esses formalismos à confirmação plena da capacitação dos competidores - isso é nuclear no que pertine aos procedimentos licitatórios.

O indispensável tratamento isonômico dos concorrentes repele a criação de desigualdade injustificada decorrente da igualação dos desiguais. Isso ocorre quando o julgamento coloca lado a lado licitante cumpridor das regras e outro descumpridor - sobressai então o julgamento anti-isonômico dos contendores produzido pelo julgamento - e nessa condição, ILEGAL.

Assim, adiante, demonstraremos que a recorrente comprovou toda a sua documentação habilitatória necessária, sendo devida sua classificação e credenciamento para execução do objeto proposto no edital.

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

II - O INDEVIDO ATO DESCLASSIFICATÓRIO E A DOCUMENTAÇÃO CORRETA APRESENTADA PELA RECORRENTE.

Nos termos registrados na ata do presente pregão, a empresa ora recorrente foi desclassificada e não credenciada pela Comissão no presente certame, alegando esta que a documentação apresentada estaria insuficiente.

Ocorre que analisando a documentação apresentada, esta recorrente não encontrou qualquer inconsistência das que foram apontadas pela Comissão como justificativa para o não credenciamento no presente certame.

Em que pese tal fato, entendeu esse digno Colegiado Julgador ter havido, de parte do CONSÓRCIO COELHO SILVA - PINTO, TERMIGNONI, o não cumprimento do edital e atendimento às exigências, declarando-o desclassificado e não credenciado.

Com base nesta decisão que a recorrente, inconformada, apresenta o seu recurso.

III – AS NULIDADES (FALHAS DOCUMENTAIS) APONTADAS PELA COMISSÃO NA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA DA LICITANTE CONSÓRCIO COELHO SILVA, PINTO, TERMIGNONI:

III.1 – DOS ATESTADOS APRESENTADOS EM DESCONFORMIDADE COM O EDITAL – NÃO ATENDIMENTO AO ITEM “1”, EXPERIÊNCIA, SUBITEM “2” DO CAPÍTULO “8” – REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO – DO ANEXO I

Após análise da documentação habilitatória da licitante CONSÓRCIO COELHO SILVA - PINTO, TERMIGNONI, a Comissão entendeu que não havia sido apresentada a documentação requerida nos seguintes termos:

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

“Não foi apresentado, ao menos 1 (um) documento comprobatório da execução de serviços referentes a Área de Atuação 1 nos seguintes subitens:

2) Experiência comprovada, através de 1(um) ou mais Atestados ou declarações (...) os serviços da Área de Atuação 1, na forma a seguir detalhada: (ii) matérias relacionadas com o direito internacional e comparado voltadas para o setor de petróleo e gás natural.”

Ocorre que o atestado emitido pela empresa NOVA PETRÓLEO S/A ao escritório PINTO, TERMIGNONI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, já apresentado pela recorrente no presente certame licitatório (DOC.01) atende o requisito em questão.

Objetivando esclarecer tal fato, bem como para comprovarmos o pleno atendimento ao que foi solicitado pelo instrumento convocatório, segue anexo ao presente recurso declaração da empresa emissora do atestado (DOC.02), confirmando e pormenorizando que o presente atestado engloba também os serviços prestados no âmbito do Direito Internacional e comparado, voltado para o setor de petróleo e gás natural.

A declaração apresentada esclarece de forma cristalina o atendimento ao item ITEM “I”, EXPERIÊNCIA, SUBITEM “2” DO CAPÍTULO “8” – REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO – DO ANEXO I, devendo assim ser aceito o atestado apresentado pelo consórcio recorrente, e consequentemente declarado credenciado no presente certame, conforme podemos observar abaixo, em um trecho da declaração:

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

O escritório Pinto, Termignoni e Advogados Associados auxilia a NOVA PETRÓLEO S/A — EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO em *Due Dilligences*, respondendo questionamentos para possíveis parceiros acerca da legislação brasileira relativa a óleo e gás e como seria o enquadramento destas parcerias no ordenamento dos possíveis parceiros.

Dentre os trabalhos desenvolvidos destacam-se *Memorandum of Understanding, Non-Disclosure Agreement, Joint Operating Agreement Covering*, Contratos de Parcerias, Contratos de Fornecimento e realização de reuniões.

Cumpre informar que tal declaração não trata-se de documento novo ou informação a qual já deveria constar no processo licitatório, mas tão somente de esclarecimento acerca da experiência anterior do consórcio sobre a matéria.

Ademais, caso a D. Comissão queira confirmar a veracidade do que foi inserido na declaração ora apresentada, é consabido que a Lei 8.666/93 em seu art. 43, §3º faculta a realização de diligência para esclarecimento de dúvidas acerca da documentação apresentada.

Desta forma, o consórcio recorrente se coloca à inteira disposição da Comissão, para realização de diligência e confirmação do conteúdo da declaração ora apresentada.

Portanto, deve a D. Comissão considerar o atestado apresentado, uma vez que o mesmo atende todos os requisitos dispostos no instrumento convocatório, devendo o consórcio recorrente ser declarado como credenciado no presente certame, uma vez que foi atendido o disposto no item I, subitem 2, do capítulo 8 do Anexo I do edital.

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Assim, mostra-se ilegal o não credenciamento do consórcio COELHO SILVA - PINTO, TERMIGNONI, uma vez que o mesmo comprovou plenamente sua capacidade técnica de maneira razoável e nos moldes solicitados pelo edital.

III.2 – DO NÃO ATENDIMENTO AO ITEM II – INFRAESTRUTURA – CAPÍTULO 8 – “REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO” – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO PARA CRIAÇÃO DE ESCRITÓRIO NO RJ

O edital em seu item II – Infraestrutura, no capítulo 8 – Requisitos para a qualificação – determina o seguinte:

“II) Infraestrutura

Essencial:

- *Com o objetivo de atender prontamente as demandas da PPSA, o escritório deve estar localizado na Cidade do Rio de Janeiro, ficando a data de assinatura do contrato de credenciamento estabelecida como o prazo final para a instalação do escritório.”*

A Comissão, em seu julgamento, informou que é requisito essencial o credenciado ter escritório na cidade do Rio de Janeiro, e alegou que o consórcio não apresentou qualquer declaração com o compromisso dos proponentes de criação de escritório na referida cidade.

Importante salientar que em ponto algum do edital é solicitada a apresentação de declaração firmando compromisso de instalação de sede no Rio de Janeiro junto com a documentação para credenciamento.

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

O que se verifica é a obrigatoriedade de instalação do escritório na referida cidade, QUANDO DA ASSINATURA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, estabelecido como prazo final para realização de tal ato.

Não há, conforme alegado pela D. Comissão em seu julgamento, no item “essencial”, tampouco em qualquer outra parte do edital, a obrigatoriedade de qualquer declaração quando da apresentação da habilitação ou em qualquer outro momento, exceto quando da assinatura do contrato que deve ser comprovada a instalação de sede na cidade do Rio de Janeiro.

Ou seja, não pode a Comissão utilizar como argumento para não credenciar um participante, algo que não está previsto no edital. Como já dito, não há qualquer obrigatoriedade de apresentação de declaração de compromisso de instalação.

O consórcio tinha plena ciência de que a instalação deveria ser comprovada quando da assinatura do contrato, conforme previsão editalícia de forma expressa. Entretanto, essa comprovação ou declaração de compromisso não foi solicitada para que fosse apresentada juntamente com a documentação habilitatória.

Desta forma, o requerimento de documento que não está previsto no instrumento convocatório configura tratamento não isonômico entre os participantes do certame, ferindo por completo os princípios da impessoalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, que são basilares nos procedimentos licitatórios, conforme podemos verificar no art. 31 da Lei 13.303/16:

“Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.”

Portanto, não pode a D. Comissão utilizar a não apresentação de documento que não foi solicitado pelo edital como argumento para o não credenciamento do consórcio ora recorrente, uma vez que o mesmo não era obrigado a apresentar a referida declaração quando da apresentação da documentação de habilitação.

Com base em tudo que foi exposto, deve esta D. Comissão rever a decisão que não credenciou o consórcio COELHO SILVA - PINTO, TERMIGNONI, uma vez que toda a documentação requerida pelo instrumento convocatório foi apresentada, de maneira satisfatória, devendo o mesmo ser habilitado e credenciado no presente certame.

Desta maneira, resta claro que se o edital não solicitava um documento de maneira expressa como condição para habilitação/credenciamento, e este documento não é apresentado, não pode a empresa ser desclassificada/não credenciada, de maneira nenhuma! Isto está definido em lei, com jurisprudência pacífica a respeito. Isso é inadmissível!

Sabe-se que o edital em um certame faz lei entre as partes, e a administração somente pode solicitar o que ali está disposto, sob pena de colocar o administrador

em uma situação de benefício para determinadas empresas participantes, o que não pode ocorrer, sob pena de responsabilização até penal, conforme Lei de Improbidade Administrativa.

Diante de tais regras, se a Administração Pública não exigiu através do instrumento convocatório que tais documentos fossem apresentados como requisitos para habilitação, não pode, após a realização do certame passar a exigir, pois está adstrita ao princípio da vinculação do instrumento convocatório.

Por esta razão, deve o consórcio recorrente ser classificado e credenciado no presente certame, pois não há como ser concedido qualquer outro tipo de tratamento, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

IV - O DIREITO DESTA RECORRENTE À PROCEDIMENTALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NOS TERMOS FIXADOS NA LEI DAS LICITAÇÕES.

Por evidente, os julgamentos das licitações, devem ocorrer sempre com amparo legal, e muito especialmente como pré-estabelecido no seu instrumento convocatório - o Edital. *Não pode qualquer licitante ser surpreendido com a sua invalidação de classificação/credenciamento, quando esta cumpre plenamente os comandos do edital que regulam a competição licitatória.* Isso porque é a regra comum editalícia – e somente ela – deverá permear o julgamento.

Assim, a formalidade legitima-se por estar em função de dado fim ou bem jurídico considerado pelo Direito como algo positivo. *Nos procedimentos administrativos, vige a instrumentalidade das formas, as quais, em sede licitacional, visam à ideal concretização de um contrato de interesse público,* de maneira isonômica e legítima para que com **segurança jurídica** produzam os efeitos jurídicos pertinentes.

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

A isonomia na licitação, portanto, enseja direitos correlacionados com a observância fidedigna do edital – tanto aos participantes do certame com de parte do ente público licitador. Não se pode admitir a relativização do formalismo, sob pena de o edital perder sentido como ato jurídico normativo e, mesmo, a frustração de outra finalidade precípua da licitação: a garantia do tratamento isonômico dos interessados em contratar com o Estado.

E de perpasso, o caminho aberto à improbidade administrativa!!!

De outro enfoque, o Edital de Licitação configura a chamada "**Lei Interna**". As condições ali estipuladas, precípua ao objeto da licitação, deverão ser cumpridas rigorosamente pelas partes, tanto na fase habilitatória, como no julgamento das propostas e na execução contratual futura.

Nenhum licitante nem a Comissão de Licitação pode modificar o instrumento convocatório (interpretando-o à sua compita) muito menos assim agir em pleno andamento processual.

O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, já definia que a licitação:

"realiza-se através de um procedimento vinculado, no desenvolver do qual a Administração não pode afastar-se das prescrições legais que bitolam a sua tramitação, sob pena de invalidar o contrato subsequente." (Direito Administrativo Brasileiro 2ª ed. pág. 251)

Adilson Dallari apostila:

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

"Acreditamos que os elementos verdadeiramente essenciais a qualquer modalidade de licitação e que, por isso mesmo, devem ser considerados como princípios fundamentais deste procedimento são três: igualdade, publicidade e estrita observância das condições do edital." (Aspectos Jurídicos da Licitação, Editora Juriscredi Ltda., pág. 33).

De sua parte o consagrado jurista Geraldo Ataliba ao abordar o tema alertava:

"Não pode haver a menor dúvida quanto a que, na elaboração do edital, a autoridade administrativa age com liberdade discricionária, tendo em vista as peculiaridades do fornecimento objetivado pela licitação, a que o edital irá servir."

Feito este, entretanto, e publicado **passa a regular de maneira peremptória e categórica todas as relações entre a Administração e os eventuais licitantes**, sendo vinculante inclusive para o próprio Poder Judiciário (por isso Pontes Miranda afirma "fazer do edital a lei para ambas as partes").

Sobre a temática, sempre há que se referirem as palavras de insigne mestre Bandeira de Mello:

"A licitação é o procedimento administrativo pelo qual uma pessoa governamental, busca alienar, adquirir... segundo condições por ela estipuladas previamente... (Celso Antônio Bandeira de Melo, R.T. vol. 524, pag. 43).

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

E complementa,

"A rigorosa e fiel sujeição ao EDITAL é concebida em termos tão rígidos que gera, inclusive a consequência denominada imutabilidade do Edital."

E, retornando às lições de nosso melhor administrativista:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. "(Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro. Revistas dos Tribunais, 14ª edição, pág. 243).

A objetividade que deve nortear os julgamentos (confrontação entre o requerido e o apresentado) assim o determina.

Portanto, o direito a moralidade-legalidade licitatória é indiscutível na proteção desta licitante ora Recorrente. Tal segurança jurídica não está à disposição de autoridade administrativa alguma deliberar ao seu critério.

Por todo o visto anteriormente, evidencia-se a plena legalidade do ato corretivo da fase ultrapassada, diante da possibilidade de se declarar credenciado o consórcio COELHO SILVA-PINTO, TERMIGNONI, que tenha comprovado a devida qualificação técnica exigida, bem como apresentado documentação completa, nos termos

COELHO SILVA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

editálio-legalis, inobstante, no momento próprio, não terem os Julgadores visualizado a correção, acabando por julgar de maneira equivocada.

Impõe-se, com fulcro em todas as razões anteriores, o realinhamento à legalidade da presente licitação, com o reexame do julgamento desclassificatório e não credenciador da licitante CONSÓRCIO COELHO SILVA- PINTO, TERMIGNONI.

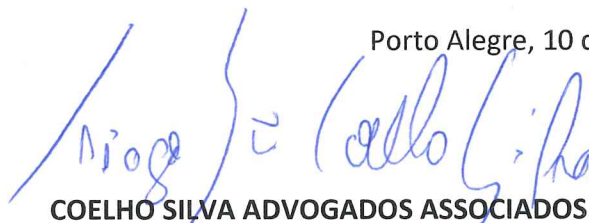
V - REQUERIMENTO:

Por todo o exposto e, considerando os demais elevados suprimientos de Vossas Senhorias sobre a matéria, se REQUER:

- A REVISÃO DO JULGAMENTO DE DESCLASSIFICAÇÃO E NÃO CREDENCIAMENTO, PARA, SOPESADOS OS ARGUMENTOS ANTES EXPENDIDOS POR ESTA RECORRENTE, DECLARAR A MESMA CLASSIFICADA E CREDENCIADA A LICITANTE CONSÓRCIO COELHO SILVA- PINTO, TERMIGNONI. Isso ao amparo do edital examinado.

Pede e Espera Deferimento.

Porto Alegre, 10 de novembro de 2018.



COELHO SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ: 91.343.962/0001-07

Tiago Suñé Coelho Silva

OAB/RS 78.478

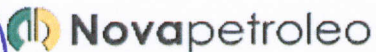
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a sociedade **PINTO, TERMIGNONI E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com sede na Av. Diário de Notícias, nº 200, cj 307/308, bairro Cristal, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.467.555/0001-00, presta para esta empresa **NOVA PETRÓLEO S/A – EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO**, empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.607.122/0001-80 com sede na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 1902, bairro Centro, município do Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-918, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, os serviços, abaixo especificados:

DETALHAMENTO DO OBJETO CONTRATADO: Prestação de serviços jurídicos, sem caráter de exclusividade, atuando de forma satisfatória na área de exploração e produção de petróleo e gás natural, abrangendo os seguintes assuntos:

Assessoria na área jurídica, com interpretação da legislação brasileira, de exploração e produção; acompanhamento, análise e elaboração de pareceres acerca de Contratos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural; encaminhamento e acompanhamento de cessão dos Contratos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural; atuação junto a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e outros órgãos relacionados; assessoria e acompanhamento de consórcios para exploração e produção de petróleo e gás natural; elaboração e análise de contratos de comercialização de petróleo e gás natural firmados com outros agentes comercializadores; análise e assessoria acerca do Conteúdo Local, inclusive com acompanhamento a adesão ao Termo Aditivo de Conteúdo Local; assessoria para participação nos leilões de blocos de exploração e produção; análise e elaboração de contratos de contratação de sondas de perfuração; assessoria, análise, revisão e elaboração de contratos de prestação de serviços relacionados a exploração e produção de petróleo e gás natural, inclusive operação e gerenciamento (O&M) e prestação de serviços técnicos de E&P; assessoria ampla na área regulatória relacionada a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural, com atuação nas esferas administrativa e judiciária; assessoria e elaboração de contratos do setor de óleo e gás, envolvendo *players* nacionais e internacionais. Elaboração e análise de contratos, tais como modelos da Association of International Petroleum Negotiators – AIPN, *Joint Operating Agreement Covering*, bem como *Memorandum of Understanding*, *Non-Disclosure Agreement*, todos relacionados ao setor de óleo e gás.



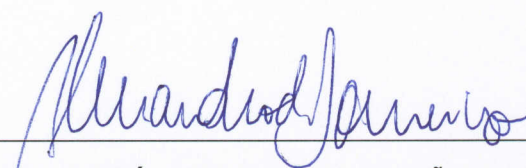


Responsáveis pelo contrato na empresa contratada: Rodrigo Pinto Nunes, OAB/RS 63.557 e Guilherme Luciano Termignoni, OAB/RS 69.705.

Vigência dos serviços prestados: De maio de 2016 até a presente data.

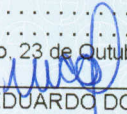
Desempenho dos serviços prestados: Atestamos, ainda, que os serviços acima descritos, foram executados dentro dos critérios de prazo e qualidade requerida por esta empresa, nada constando em nossos registros que desabone a empresa contratada.

Rio de Janeiro/RJ, 22 de outubro de 2018.



NOVA PETRÓLEO S/A – EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO
Representante Legal: Alessandro Di Domenico

22° Notas 22° Tabelião de Notas da Capital / SP
Av. Brigadeiro Luis Antonio, 3.745 – CEP 01401-001 – Jardim Paulista
São Paulo/SP – Tel.: 3050.6766 – 22tabeliaodenotas@gmail.com

Reconheço por semelhança firma sem valor econômico de
ALESSANDRO DI DOMENICO.....
São Paulo, 23 de Outubro de 2018
Em test.  da verdade.
LUCAS EDUARDO DOS SANTOS DA SILVA
Selo(s): 1057AA0838287 Valor: R\$6,00
Operador: GDS

"VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS"



DECLARAÇÃO ACERCA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Declaramos, para os devidos fins, em conformidade com o atestado anteriormente emitido, que a sociedade **PINTO, TERMIGNONI E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com sede na Av. Diário de Notícias, nº 200 cj 307/308, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.467.555/0001-00, presta serviço para a empresa **NOVA PETRÓLEO S/A – EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO**, empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.607.122/0001-80 com sede na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 1902, bairro Centro, município do Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-918, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, de forma satisfatória, tendo como objeto as áreas Cível, Empresarial, Regulatória e Administrativa, envolvendo *players* nacionais e estrangeiros.

De forma específica e pormenorizada, declaramos que o atestado emitido, quando se referia a assessoria e consultoria envolvendo *players* nacionais e estrangeiras, estava incluindo a área de direito internacional comparado nas matérias de óleo e gás, uma vez que o escritório Pinto, Termignoni e Advogados Associados nos auxiliou e continua nos auxiliando na análise de contratos internacionais na área de óleo e gás de diferentes ordenamentos jurídicos, sendo necessária a análise de legislações, resoluções de diferentes países bem como acordos internacionais.

O escritório Pinto, Termignoni e Advogados Associados auxilia a **NOVA PETRÓLEO S/A – EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO** em *Due Dilligences*, respondendo questionamentos para possíveis parceiros acerca da legislação brasileira relativa a óleo e gás e como seria o enquadramento destas parcerias no ordenamento dos possíveis parceiros.

Dentre os trabalhos desenvolvidos destacam-se *Memorandum of Understanding*, *Non-Disclosure Agreement*, *Joint Operating Agreement Covering*, Contratos de Parcerias, Contratos de Fornecimento e realização de reuniões.



Declaramos, ainda, que os serviços acima descritos foram executados satisfatoriamente, dentro de prazo e qualidade requerida por esta empresa, não existindo, em nossos registros, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade sobre as obrigações assumidas pela empresa contratada.

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.




ALESSANDRO DI DOMENICO
Diretor

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Bel. João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia, Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA SEM VALOR ECONÔMICO a(s) firma(s) de:
ALESSANDRO DI DOMENICO, a qual contém com padrão depositado em
cartório.
São Paulo/SP, 06/12/2018 - 13:15:30
Em Testemunho da verdade. Total R\$ 4,00
PERICLES RIBESON BORGIA - ESCRIVENTE
Etiqueta: 2126356 Selos: AB 5121

VAL 0592548

